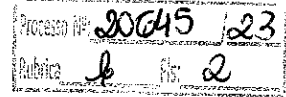


**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 3fe8584f-a342-4271-88c4-c7cf17a0611f

Protocolo: Processo Requerimento Nº 020645/2023

Data: 04/08/2023 10:16:27

Origem: TRANSDATA SOLUCOES EM MOBILIDADE LTDA
*** contatos indisponíveis ***Contato: TRANSDATA SOLUCOES EM MOBILIDADE LTDA
*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 04/08/2023 10:16:39	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, RJ
Secretaria de Governo
Subsecretaria de Serviços Concedidos**

**Ref.: Impugnação ao Edital de Licitação
Pregão Eletrônico Nº. 157/2023**

TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.246.462/0001-07, sediada na Rua Guapuruvu nº 461 - Alphaville Empresarial, neste ato representado por seus representantes legais PAULO ROBERTO TAVARES, RG 20.623.884 SSP/SP e CPF 184.266.298-81, e LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI, RG 214063379 SSP/SP e CPF 150.378.478-93, vêm, respeitosamente, apresentar, com fulcro no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, artigo 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c § 2º do artigo 41 da lei 8.666/1993 - aplicável por força do disposto na Lei federal nº 10.520/2002, e, ainda, a cláusula 6.6 do Edital, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023**, o que faz pelos fatos e fundamentos abaixo relatados.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Antes de adentrar no mérito, é imprescindível analisar a tempestividade do presente ato.

A Lei 8.666/93, que instituiu normas gerais sobre licitações e contratos da Administração Pública, preceitua, em seu art. 41, §2º, que:

“§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso”.

(g.n.)

Ainda, o edital dispõe na cláusula **6.6** o seguinte:

*“6.6 As impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, através do e-mail licitacaopmnf@gmail.com a partir da publicação do aviso do edital até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura das propostas, dirigidas o Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição”.*

(g.n.)

No caso em tela, e apoiando-se exclusivamente na cláusula **6.6** do Edital, a data e hora da abertura da sessão pública para abertura das propostas está marcada para o dia **08/08/2023 (terça-feira)**, às 10h00min. Logo, a data final será o dia **03/08/2023 (quinta-feira)**. Deste modo, verifica-se a tempestividade do presente instrumento, eis que interposto dentro do prazo legal.

II. SÍNTESE FÁTICA

O Município de Nova Friburgo publicou edital de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 157/2023, do tipo menor valor global do lote, visando à contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas descritas no Termo de Referência (ANEXO II), que faz parte integrante do Edital.

Segundo tal Termo de Referência, mais especificamente no item 2 (DO DIMENSIONAMENTO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO), o objeto da licitação compreende **05 (cinco)** subsistemas, quais sejam:

Item (ANEXO II - Termo de Referência)	Descrição
2.1	Sistema de Bilhetagem eletrônica (SBE)
2.2	Sistema de Monitoramento de Frota (SMF)
2.3	Sistemas de Informações ao Usuário (SIU)
2.4	Centro de Monitoramento e Controle (CMC)
2.5	Componentes de <i>Backoffice</i>

Cada item acima é pormenorizado, com suas definições, seus dimensionamentos e suas especificações.

Ocorre que, da análise do aludido instrumento convocatório, a ora IMPUGNANTE detectou itens que, *venia concessa*, maculam de ilegalidade o Edital em apreço, posto que não guarda consonância com as regras e fundamentos das Leis nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, razão pela qual haverá de ser suprimido ou alterado, além de sanadas omissões apontadas, renovando-se o prazo para realização do certame, em razão da necessidade de republicação do ato convocatório, conforme estabelece o artigo 21, § 4º, da Lei de Licitações, *in verbis*:

“§ 4º - Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.”

Vejamos:

II.1 - Item 9.11 do Edital e 2.14 do Termo de Referência – falta de detalhamento, especificações e preço de referência do hardware (validador).

O Edital, em seu item 9.11, dispõe o seguinte:

“9.11. Os preços que forem apresentados na Proposta deverão cobrir todos os custos: Autorizações e Licenças junto aos Órgãos Fiscalizadores e Concessionários, o fornecimento de materiais e acessórios necessários, mão de obra especializada para sua execução, Leis e Encargos Sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos adequados ao serviço, transportes, remoção de móveis, máquinas ou equipamentos para execução dos serviços e seu reposicionamento no local, enfim, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados, com a segurança esperada”.
(g.n.)

Já o Termo de Referência traz requisitos “mínimos” dos validadores, ao tempo em que informa que eles serão de responsabilidade do operador de transporte.

Vê-se uma grande problemática técnica no Edital em questão: o que a Administração pretende contratar são apenas os sistemas, os softwares para o

gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Como trazido pelo próprio Termo de Referência, o "todo" do sistema compreende a utilização de validadores, que, segundo previsão editalícia, serão de responsabilidade do operador de transporte, transpondo-se ao documento requisitos mínimos de tais validadores.

Contudo, a inexistência de especificações claras e precisas do hardware (validador) dificulta e até mesmo impede a formulação de proposta correta e exequível para o certame, uma vez que **não há como se identificar a disponibilidade de integração de softwares e hardwares.**

Quais as especificações claras do hardware de responsabilidade do operador de transportes que deverá ser integrado aos sistemas licitados? Quais os requisitos de homologação?

A descrição realizada no edital NÃO é suficiente para a elaboração de proposta clara e precisa por parte dos licitantes que não operam no Município, posto que não conhecem os requisitos técnicos dos validadores existentes.

Ademais é de responsabilidade do licitante ter ferramentas e equipamentos adequados ao serviço, que pode incluir validadores (para testagem ou troca de equipamentos defeituosos que impossibilitem a prestação do serviço, por exemplo).

Qual o preço de referência de tais equipamentos?

A falta de informações necessárias à perfeita elaboração das propostas é incompatível com a determinação contida no art. 40 da Lei 8.666/93. Nesse sentido, destaque-se o posicionamento de Marçal Justen Filho¹ acerca do inciso VIII do referido dispositivo:

"O ato convocatório deverá conter todas as informações relevantes e pertinentes à licitação. Nenhuma decisão poderá inovar o conteúdo do

¹ Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, pág.391.

ato convocatório. Se existir informação relevante para a elaboração das propostas ou participação dos interessados e se isso não constar do ato convocatório, haverá vício invencível. Apesar disso, os interessados poderão sentir necessidade de outras informações complementares. Por isso, a unidade administrativa deverá dispor-se a prestar esclarecimentos e informações. Se, porém, os esclarecimentos importarem alteração nos termos do ato convocatório, existirá vício e provável nulidade."

Destarte, verifica-se que é, senão inaceitável, no mínimo desaconselhável o sigilo acerca de informações relevantes, notadamente em relação a item que irá compor a proposta de preço dos licitantes, ou que possam prejudicar o próprio cumprimento do objeto da licitação.

E mesmo que se admitissem as omissões técnicas trazidas pelo Edital, do que se cogita apenas em homenagem ao debate, a manutenção destas pode implicar a contratação de sistema que não se integre aos validadores existentes, causando prejuízos à Administração, por erros do gestor. Ademais, a falta de especificação impõe que as licitantes realizem, às suas expensas, a elaboração de propostas que abranjam eventuais custos com integração, o que não pode ser admitido, e *per se* restringe a competição do certame, conforme reiteradas decisões do TCU.

II.2 - Ausência de cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas objeto da licitação.

Este ponto é fundamental. Sem isso, não tem como qualquer licitante elaborar uma proposta precisa. Como as interessadas podem fazer uma proposta sem considerar o cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas (além dos requisitos de integração)?

Existe um dimensionamento de equipe que se faz a partir da análise do cronograma, inexistente no edital.

Verifica-se, dessa forma, omissão técnica intransponível que prejudica a formulação de propostas pelos licitantes.

II.3 Termo de Referência – ITEM 2.2.1 - Incorreção nas especificações técnicas do equipamento AVL (conectividade 2G, falta de exigência de certificação

Quanto às especificações técnicas do equipamento AVL, verifica-se que o instrumento convocatório, quando não exige certificação e requer conectividade 2G, apresenta impropriedades, que podem levar à pior escolha de equipamento pela administração.

Ora, atualmente quase não há 2G mais! Como ficaria a substituição ou evolução dos sistemas? Isto compromete a isonomia e prejudica fornecedores com tecnologia superior (4G/5G).

A exigência em comento obrigará que as proponentes ofereçam para a Administração tecnologias ultrapassadas. O uso de tecnologias defasadas acarreta, como sabido, maior custo que o emprego daquelas que o mercado atualmente utiliza e dispõe. Tal fato é evidente e a exigência prejudica a competitividade, além de levar à ineficiência administrativa, ferindo princípio constitucional que preza pela gestão eficiente de recursos públicos.

Além do mais, a Administração Pública, ao licitar determinado contrato, deve respeitar o princípio da igualdade, que implica o dever de ensejar a oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, possam oferecer as indispensáveis condições para sua execução.

Acerca da igualdade entre os licitantes, com muita propriedade, leciona Hely Lopes Meirelles²:

“A igualdade entre os licitantes é o princípio primordial da licitação – agora previsto na própria Constituição da República (art. 37, XXI) -, pois não pode haver procedimento seletivo com discriminação entre participantes, ou com cláusulas do instrumento convocatório que afastem eventuais proponentes qualificados ou os desnivelem no julgamento (...) O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desiguale os iguais ou iguale os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público mas com destino certo a determinados candidatos. Essa é a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo desigualando os proponentes por critérios subjetivos de predileção ou repúdio pessoal do administrador, mas sem nenhum motivo de interesse público, e sem qualquer vantagem técnica ou econômica para a administração.”

² Licitação e Contrato Administrativo, editora RT, 10ª edição, págs. 25/26

(grifos nossos)

II.4 Qualificação técnica: não exigência de comprovação de qualificação técnica adequada.

A não exigência de comprovação de qualificação técnica referente a sistemas de gestão de frota sistemas de informação ao usuário e sistemas de CFTV embarcados. Exige somente da bilhetagem (número de transações), mas o objeto é muito mais amplo.

Ou seja, há a possibilidade de contratação de empresas sem a qualificação técnica necessária, o que pode gerar prejuízos aos cofres públicos.

II.5. ITEM 19 do TR – proibição injustificada de subcontratação do objeto

Já o item 19, do Termo de Referência, dispõe:

“Não será admitida a subcontratação do objeto”.

É público e notório que, dada a dimensão e complexidade do projeto, nenhum licitante teria condições de atender totalmente às exigências do edital, com a obrigação de entregar/fornecer os 05 (cinco) subsistemas exigidos, de forma exclusivamente autônoma, sem subcontratação, e no curtíssimo espaço de tempo (e sem conhecer o cronograma).

É inegável que, mesmo com a possibilidade da constituição de um consórcio, o prazo exíguo definido no Edital assim como a extrema complexidade da solução não permitiriam a orquestração, em tal prazo, de qualquer composição, o que caracterizaria viciado o certame, com condições que tornam impossível ou impraticável a participação de potenciais licitantes, restringindo a competitividade e afrontando o princípio da isonomia, que garante igualdade de tratamento a todos os participantes.

Assim, para assegurar a lisura, transparência e legalidade do processo licitatório, não deveria haver exigências indevidas, inconciliáveis ou de impossível execução, tais quais as apontadas, que, convém frisar, são a **não possibilidade de**

subcontratação e o **prazo exíguo**, que são requisitos que têm o condão de apenas prejudicar a ampla competitividade no presente certame.

III. PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO vs. MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

O princípio do interesse público é um dos pilares fundamentais do Direito Administrativo e orienta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública. Esse princípio determina que todas as ações e decisões tomadas pela Administração devem visar ao bem comum e ao interesse da coletividade, buscando o atendimento das necessidades e demandas da sociedade como um todo.

A licitação, como se sabe, consiste num instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na escolha dos contratantes, e a isonomia entre eles, *a priori*, significa tratamento igual para situações iguais.

Exigências desarrazoadas ou omissões no edital acabam invariavelmente comprometendo a observância dos princípios constitucionais da isonomia, eficiência, economicidade e da própria legalidade, resvalando seus efeitos sempre na direção de um possível negócio menos vantajoso para a Administração Pública, considerando ser a causa principal da diminuição do número de concorrentes, além da possibilidade de esconder um eventual viés de direcionamento e/ou restrição do caráter competitivo do certame. Por tudo isso, não podem ser mantidas exigências excessivas e/ou abusivas. Nesse sentido, o Edital reconhece, no item 12.5, que não dará guarida a situações de favorecimento:

12.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem, não prevista no edital.

A motivação do ato administrativo, por sua vez, é um requisito essencial para a validade e legitimidade das decisões tomadas pela Administração. O ato administrativo, como qualquer manifestação da Administração, precisa ser devidamente fundamentado, ou seja, é preciso apresentar os motivos e razões que embasam a decisão tomada.

Pedimos vênia para reproduzir um trecho da "**Justificativa e o Objetivo da Contratação**" (Item 3 do Termo de Referência). *In verbis*:

"A necessidade de contratação de empresa específica para operar o sistema de bilhetagem eletrônica visa garantir ao Poder Público Municipal a posse de dados e informações técnicas, operacionais e financeiras com qualidade, confiabilidade e transparência, além de prover insumos para apoiar o planejamento urbano e de transportes do municipal".

Assim, não se mostra razoável a imposição de requisitos que não se prestem à estrita verificação da capacidade da concorrente de realizar o serviço de forma adequada e satisfatória, bem como a omissão de exigências e especificações fundamentais, o que pode privilegiar algumas empresas, em detrimento de outras (em prejuízo da eficiência e economicidade administrativa).

Não se pode negar que é muito mais benéfico ao interesse público que um maior número de empresas participe do certame, devendo-se superar exigências que evidenciem rigor excessivo capaz de comprometer a finalidade da licitação, qual seja, *"garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos"* (art. 3º da Lei n. 8.666/93).

Sobre o tema, a doutrina não discorda, e trazemos à colação, senão vejamos:

"Cumpre, assim, permitir a competitividade entre os interessados, essencial ao próprio instituto da licitação. Como é evidente, esse fundamento se agrega à noção que envolve os princípios da igualdade e da impessoalidade, de obrigatória observância por todos aqueles que integrem os quadros da Administração.

(...) o princípio da competitividade, correlato ao princípio da igualdade (...) significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros. (...)" (Carvalho, José dos Santos Filho. "Manual de Direito Administrativo". Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009, p. 231-236 passim)

O art. 3º da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;”

Nestes termos, a impossibilidade de subcontratação, a não descrição do hardware que deverá se integrar ao software restringem o caráter competitivo do certame, a falta de exigência de qualificação técnica adequada, a exigência de tecnologia ultrapassada, bem como a ausência de cronograma de implantação devem ser corrigidas, uma vez que o ordenamento jurídico pátrio proíbe a inclusão nos editais de licitações de exigências e/ou omissões que afastem seu caráter competitivo, impedem a seleção da proposta mais vantajosa à Administração e infringem o princípio da isonomia. A manutenção do edital, tal como publicado, excluirá competidores que detêm capacidade para cumprimento do objeto do edital com maior vantajosidade para a Administração, o que de logo deve ser evitado.

IV. DOS PEDIDOS

Por todos os fatos e fundamentos ora apresentados, requer-se:

- 1) que seja recebida a presente impugnação, por tempestiva, nos termos da Legislação em vigor;
- 2) que seja provida a impugnação, com a consequente alteração do edital, para corrigir os pontos controvertidos e sanar as omissões levantadas na presente impugnação, republicando-se o edital, nos termos da lei;

- 3) não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, que submeta a Impugnação à Autoridade Superior competente para apreciação final.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por uma análise justa, observando-se os princípios constitucionais que regem a administração pública!

Campinas, 03 de agosto de 2023.

TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA.

CNPJ nº 05.246.462/0001-07

Paulo Roberto Tavares

Diretor Presidente

RG nº 20.623.884-8 SSP/SP

CPF nº 184.266.298-81

TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA.

CNPJ nº 05.246.462/0001-07

Luiz Delfeu Jora Ferracioli

Diretor de Serviços

RG nº 21.406.337-9 SSP/SP

CPF nº 150.378.478-93



JUCESP PROTOCOLO
0.238.027/23-5



247

Processo Nº: 20045 / 23
Rubrica: 14

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

- Súmula:
- A) Alteração da Deliberação Social
 - B) Alteração da Transferência de Quotas
 - C) Alteração da Administração e Representação da Sociedade
 - D) Alteração do Falecimento de Sócio
 - E) Alteração do Foro
 - F) Alteração do Objeto Social da Filial de Brasília-DF
 - G) Consolidação das Cláusulas Contratuais

Pelo presente instrumento particular de **ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**, **PAULO ROBERTO TAVARES**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da CIRC 20.623.884 SSP/SP e CPF 184.266.298-81, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322; **LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da CIRC 21.406.337-9 SSP/SP e CPF 150.378.478-93, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322; **FM2R PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, sala 6, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, com Contrato Social de Constituição firmado em 20/02/2020 e registrado na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35235897760, CNPJ 36.445.154/0001-34, representada por **FÁBIO ANTÔNIO DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, engenheiro da computação, portador da CIRC 27.182.721-X SSP/SP e CPF 259.550.498-35, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322, e **RAFAEL PIRES TELES**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da CIRC 700.975.268 SSP/BA e CPF 805.256.105-10, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322; **ATLAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Sala 4, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, CNPJ 39.573.323/0001-00, NIRE JUCESP 3530055825-1 em sessão de 27/10/2020, representada por **PAULO ROBERTO TAVARES**, já qualificado, e **DEVANIR MAGRINI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CIRC 29.617.405-1 SSP/SP e CPF 284.138.138-24, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322; e **TOYO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Sala 5, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, com Contrato Social de Constituição firmado em 18/05/2006 e registrado na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35220709059, em sessão de 02/06/2006, CNPJ 08.049.077/0001-68, representada por **PAULO ROBERTO TAVARES** e **DEVANIR MAGRINI**, ambos já qualificados; sócios titulares da totalidade das quotas que compõem o Capital Social da sociedade empresária denominada **TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, com Contrato Social de Constituição firmado em 12/08/2002 e registrado na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35217574776, CNPJ

Este documento foi assinado digitalmente por Fábio Antônio De Araújo, Devanir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracioli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social

CNPJ 05.246.462/0001-07

NIRE 35217574776

05.246.462/0001-07, a reger-se em conformidade com as cláusulas, termos e condições que as partes mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Alteração da Deliberação Social.

Os sócios resolvem alterar a cláusula sexta do contrato social da sociedade, que trata das deliberações sociais, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEXTA. DELIBERAÇÃO SOCIAL.

As reuniões de sócios serão instaladas com a presença de, no mínimo, sócios titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das quotas da sociedade, em primeira convocação e, em segunda convocação, de sócios titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quotas da sociedade.

As deliberações sociais serão tomadas pela manifestação da vontade dos sócios, correspondendo cada quota a 1 (um) voto nas deliberações sociais, observados os quóruns mínimos adiante estabelecidos:

a) Maioria Simples: (i) a aprovação das contas da administração, bem como dos balanços patrimoniais e de resultado econômico; (ii) a nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; (iii) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iv) aquisição, alienação, transferência, locação, empréstimo ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo imobilizado ou ativo permanente da sociedade; (v) contratação de empréstimos, financiamento ou de outras formas de endividamento da sociedade em valores superiores ao correspondente a 50% (cinquenta por cento) da média mensal de faturamento da sociedade nos últimos 12 (doze) meses calendário; e (vi) todas as demais deliberações necessárias, sempre que um quórum maior não for estabelecido em lei ou neste contrato;

b) Maioria Absoluta: (i) designação de administradores sócios ou não, quando feita em ato separado; (ii) destituição de administradores, sócios ou não, nomeados no contrato social ou em ato separado; (iii) remuneração de administradores, quando não estabelecido no contrato social;
e

c) Quóruns Qualificados: dependerá do voto favorável dos sócios que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas da sociedade, a designação de administradores sócios ou não, quando feita no contrato social. Dependerá do voto favorável dos sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das quotas da sociedade: (i) modificação do contrato social; e (ii) a incorporação, fusão, cisão parcial e dissolução da sociedade, ou a decretação do seu estado de

Este documento foi assinado digitalmente por Fábio Antonio De Araujo. Devanir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracini, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://liziagn.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

liquidação; e (iii) a exclusão de sócio pela prática de atos de inegável gravidade à sociedade, excluindo-se do cômputo a participação societária do sócio denunciado."

CLÁUSULA SEGUNDA. Alteração da Transferência de Quotas.

Os sócios resolvem alterar a cláusula oitava do contrato social da sociedade, que trata da transferência de quotas, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA OITAVA. TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS.

Caso algum dos sócios pretenda alienar ou transferir as suas quotas deverá comunicar aos outros sócios sua pretensão mediante envio de notificação, informando o número de quotas que deseja alienar, o preço a ser pago pelas quotas ofertadas, o prazo e a forma de pagamento, bem como outras condições de alienação ou transferência propostas por um terceiro ou pelo próprio sócio alienante. Os demais sócios terão, por um período de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação, a obrigação de se manifestar sobre sua concordância ou não com eventual alienação a terceiro não sócio, bem como a faculdade de exercer direito de preferência para adquirirem a totalidade das quotas ofertadas."

CLÁUSULA TERCEIRA. Alteração da Administração e Representação da Sociedade.

Parágrafo Primeiro. Os sócios aceitam a renúncia do cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da sociedade apresentada pelo Sr. Mituo Marcos Itiroko, brasileiro, divorciado, advogado e contador, portador da CIRG 28.023.405-3 SSP/SP e CPF 617.881.809-25, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322.

Parágrafo Segundo. Os sócios resolvem alterar a cláusula nona do contrato social da sociedade, que trata da administração e representação da sociedade, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA NONA. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE.

*A sociedade será administrada pelos sócios administradores **PAULO ROBERTO TAVARES** e **LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI**, já qualificados, e pelos administradores não sócios **DEVANIR MAGRINI** e **RAFAEL PIRES TELES**, já qualificados, dispensados de prestar caução, aos quais caberá representá-la em todos os seus atos, agindo sempre em conjunto de 2 (dois) deles, exercendo os poderes gerais de administração, inclusive:*

- a) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir e endossar cheques e ordens de pagamento;
- b) emitir, aceitar e endossar duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito;

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo. Devanir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracioli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://iizisign.com.br/443> e utilize o código 617F-667E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

- c) representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como junto a quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais;
- d) receber citações, notificações e intimações judiciais;
- e) transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dívidas, celebrar compromissos e quaisquer negócios públicos e privados;
- f) representar e constituir procuradores para o foro em geral;
- g) outorgar outros instrumentos de mandato, devendo neles sempre constar os atos e operações que os outorgados poderão praticar, bem como a vigência, que não poderá ser superior a 1 (um) ano, salvo tratando-se de poderes para o foro em geral ou para processos administrativos, bem como os atos e operações que os outorgados poderão praticar;
- h) adquirir, alienar, transferir, locar, emprestar ou constituir ônus reais sobre bens do ativo imobilizado ou ativo permanente da sociedade, quando autorizado pela reunião de sócios; e
- i) contratar empréstimos, financiamento ou outras formas de endividamento da sociedade, quando autorizado pela reunião de sócios.

Parágrafo Primeiro. Como Diretor Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro fica investido o Sr. Paulo Roberto Tavares.

Parágrafo Segundo. Como Diretor de Serviços fica investido o Sr. Luiz Delfeu Jora Ferracioli.

Parágrafo Terceiro. Como Diretor de Negócios fica investido o Sr. Devanir Magrini.

Parágrafo Quarto. Como Diretor de Produtos fica investido o Sr. Rafael Pires Teles.

Parágrafo Quinto. Todos e quaisquer atos praticados pelos administradores ou por procuradores que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da sociedade são expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito.

Parágrafo Sexto. O administrador terá direito a uma remuneração mensal, a título de pró-labore, que será fixada por deliberação dos sócios."

CLÁUSULA QUARTA. Alteração do Falecimento de Sócio.

Os sócios resolvem alterar a cláusula segunda do contrato social da sociedade, que trata do falecimento de sócio, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. FALECIMENTO, SEPARAÇÃO JUDICIAL, DIVÓRCIO OU DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL DE SÓCIO.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

A sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei ou por deliberação dos sócios, devendo os sócios nomear o liquidante. O liquidante, após a apuração do ativo e do passivo social e pagamento de todas as dívidas da sociedade, promoverá a repartição do patrimônio que porventura restar entre os sócios, na proporção de suas respectivas participações societárias.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de falecimento, incapacidade superveniente ou insolvência de qualquer de seus sócios pessoas físicas, ou de dissolução, liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência de qualquer de seus sócios pessoa jurídica, a sociedade continuará as suas atividades com os sócios remanescentes, liquidando-se a participação societária do sócio falecido, incapaz, insolvente, extinto, falido, em processo de liquidação ou em recuperação, salvo o disposto no Parágrafo Terceiro abaixo.

Parágrafo Segundo. O valor dos haveres do sócio falecido, incapaz, insolvente, extinto, falido, em processo de liquidação ou em recuperação será apurado e liquidado com base em critérios de avaliação determinados pelos sócios em instrumento próprio, e pago em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas mensalmente pela variação acumulada do IPCA-IBGE no período, vencendo-se a primeira prestação no prazo de 90 (noventa) dias contados da data do levantamento do valor da sociedade.

Parágrafo Terceiro. Os sócios remanescentes poderão, por deliberação com voto afirmativo de sócios representantes de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, excluindo-se do cômputo a participação societária do sócio falecido, incapaz ou insolvente, aprovar o ingresso de um ou mais sucessores do sócio falecido, incapaz ou insolvente na sociedade, em substituição à liquidação de suas quotas."

CLÁUSULA QUINTA. Alteração do Foro.

Os sócios resolvem alterar a cláusula décima quinta do contrato social da sociedade, que trata do foro, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Toda e qualquer controvérsia ou litígio relativos a este contrato social, incluindo aqueles que envolvam a validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão ou seus consectários, desses documentos, deverão ser solucionados através de arbitragem, a ser administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil (a "CAMARB"), de acordo com o regulamento da CAMARB (o "Regulamento") em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

Parágrafo Primeiro. A sede da arbitragem será na cidade de São Paulo/SP. A lei aplicável será a da República Federativa do Brasil, independentemente do local de residência das partes envolvidas, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português.

Parágrafo Segundo. A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros, cabendo ao(s) sócio(s) requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e ao(s) sócio(s) requerido(s), de outro, indicar um segundo árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que funcionará como presidente do tribunal arbitral. Caso qualquer dos sócios, seja(m) o(s) sócio(s) requerente(s), de um lado, ou o(s) sócio(s) requerido(s), de outro, deixe(m) de indicar seu(s) respectivo(s) árbitro(s) no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data estabelecida para a referida providência, tal(is) árbitro(s) será(ão) indicado(s) pelo Presidente da CAMARB. Caso os 2 (dois) árbitros indicados pelos sócios envolvidos deixem de nomear o terceiro árbitro, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao Presidente da CAMARB indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida no Regulamento da CAMARB, com efeitos vinculantes para os sócios.

Parágrafo Terceiro. Os sócios poderão requerer ao Poder Judiciário medidas de urgência, de caráter cautelar ou antecipatório, antes da instauração da arbitragem, desde que tais medidas sejam essenciais para a tutela e salvaguarda de qualquer direito dos sócios, nos termos deste contrato social.

Parágrafo Quarto. O árbitro, tão logo constituído, poderá reapreciar, a pedido de qualquer dos sócios, mantendo, modificando ou revogando, no todo ou em parte, a decisão de urgência proferida pela autoridade judicial.

Parágrafo Quinto. O requerimento apresentado por um dos sócios a uma autoridade judicial para obter tutela de urgência, cautelar ou antecipatória, antes de iniciada a arbitragem, não será considerado renúncia à convenção de arbitragem, tampouco excluirá a competência do árbitro para reapreciá-la.

Parágrafo Sexto. A arbitragem será sigilosa e todos os documentos e peças relacionadas ao seu desenvolvimento, incluindo-se, mas não se limitando às alegações dos sócios, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral, serão tratados como confidenciais por todos os envolvidos na arbitragem, sendo vedada sua divulgação a terceiros, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento de obrigações impostas por lei, para sua execução judicial, para o exercício de direitos ou por qualquer autoridade reguladora. Qualquer processo judicial relativo à arbitragem ou movido nos termos do presente contrato social será sigiloso e confidencial.

Este documento foi assinado digitalmente por Fábio Antonio De Araujo. Devanir Magalhães, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://bzisign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

Parágrafo Sétimo. As despesas incorridas na arbitragem serão suportadas por cada sócio ao longo do procedimento, na forma do Regulamento da CAMARB, devendo a sentença arbitral decidir sobre a responsabilidade pelo pagamento das custas, honorários dos árbitros e sobre todas as despesas razoavelmente incorridas pelos sócios durante o procedimento, como passagens, hospedagens e transporte seus e de seus respectivos advogados, bem como a respeito dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Parágrafo Oitavo. Para a concessão de medidas de urgência pré-arbitral, prática de atos de apoio à arbitragem, o julgamento de ação anulatória de sentença arbitral e a execução de sentença arbitral, os sócios elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, independentemente do domicílio, atual ou futuro, das partes envolvidas. A eleição de foro não poderá ser compreendida como incompatível com a arbitragem e não afasta o efeito vinculante da convenção de arbitragem."

CLÁUSULA SEXTA. Alteração do Objeto Social da Filial de Brasília-DF.

Os sócios resolvem alterar o parágrafo primeiro da cláusula segunda do contrato social da sociedade, que trata do objeto social da filial de Brasília-DF, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Primeiro. Na filial com sede e foro na cidade de **Brasília-DF**, no SCS Quadra 1, Bloco "M", Lote 30, Edifício Gilberto Salomão, Sobrelojas 09/10/11/12/13, Setor Comercial Sul, CEP 70.305-900, NIRE 53900233196 em 19/01/2007 JCDF; CNPJ 05.246.462/0002-98, CF DF 07.484.159/002-11, serão desenvolvidas as atividades de **1) Serviços de implantação, instalação, manutenção e/ou operação** com equipamentos próprios ou não, locação com ou sem operadores, de produtos, tecnologias, sistemas, soluções, softwares, hardwares e firmwares de equipamentos e sistemas voltados à automação e controle de acesso em geral; **2) Serviços de implantação, instalação, conservação, serviços de assistência técnica** própria ou contratada de máquinas e equipamentos industriais, máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e científicos, eletrodomésticos, aparelhos óticos e de comunicação em geral e de veículos, motores e suas partes; e **3) Comercialização, distribuição e/ou representação comercial** de cartões inteligentes com circuito integrado (Smartcard), cartões indutivos e/ou magnéticos, máquinas e equipamentos eletrônicos de comunicação, automação, e equipamentos para informática; **4) Desenvolvimento de programas de informática** e **5) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.**"

CLÁUSULA SÉTIMA. Consolidação das Cláusulas Contratuais.

Em face das alterações ora deliberadas, aceitas e contratadas, resolvem os sócios promover a CONSOLIDAÇÃO das cláusulas contratuais que regem a sociedade, conforme segue:

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo. Devant Magrini, Luiz Delfau, Jora Ferracoli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://lziisign.com.br/443> e utilize o código 617F-607E-B11C-6CA6.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Pelo presente instrumento particular de **CONTRATO SOCIAL**, **PAULO ROBERTO TAVARES**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da CIRC 20.623.884 SSP/SP e CPF 184.266.298-81, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322; **LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da CIRC 21.406.337-9 SSP/SP e CPF 150.378.478-93, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322; **FM2R PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, sala 6, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, com Contrato Social de Constituição firmado em 20/02/2020 e registrado na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35235897760, CNPJ 36.445.154/0001-34, representada por **FÁBIO ANTÔNIO DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, engenheiro da computação, portador da CIRC 27.182.721-X SSP/SP e CPF 259.550.498-35, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322, e **RAFAEL PIRES TELES**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da CIRC 700.975.268 SSP/BA e CPF 805.256.105-10, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, Campinas/SP, CEP 13.098-322; **ATLAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Sala 4, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, CNPJ 39.573.323/0001-00, NIRE JUCESP 3530055825-1 em sessão de 27/10/2020, representada por **PAULO ROBERTO TAVARES**, já qualificado, e **DEVANIR MAGRINI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CIRC 29.617.405-1 SSP/SP e CPF 284.138.138-24, domiciliado na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322; e **TOYO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Sala 5, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, com Contrato Social de Constituição firmado em 18/05/2006 e registrado na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35220709059, em sessão de 02/06/2006, CNPJ 08.049.077/0001-68, representada por **PAULO ROBERTO TAVARES** e **DEVANIR MAGRINI**, ambos já qualificados; sócios titulares da totalidade das quotas que compõem o Capital Social da sociedade empresária denominada **TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, com Contrato Social de Constituição firmado em 12/08/2002 e registrado na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35217574776, CNPJ 05.246.462/0001-07, a reger-se em conformidade com as cláusulas, termos e condições que as partes mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA. DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO.

Sob a denominação social de **TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.**, a sociedade desenvolve atividade com sede e foro na cidade de Campinas-SP, na Rua Guapuruvu, nº 461, Alphaville Empresarial,

Este documento foi assinado digitalmente por Fábio Antonio De Araujo. Devanir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracoli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br-443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

CEP 13.098-322, apresentando os seguintes registros cadastrais: NIRE na JUCESP 35217574776 em 14/08/2022, CNPJ 05.246.462/0001-07; Inscrição Estadual-SP 244.918.014.115; Inscrição Municipal em Campinas-SP 74.479-4.

Parágrafo Primeiro. A sociedade poderá constituir ou encerrar filiais.

Parágrafo Segundo. Para o desenvolvimento de Atividades Industriais, montagem e manutenção de equipamentos a sociedade constituirá filial – Unidade Industrial – em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo Terceiro. A sociedade poderá abrir depósitos fechados, escritórios e outras dependências em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo Quarto. A sociedade tem filial com sede e foro na cidade de **Brasília-DF**, no SCS Quadra 1, Bloco "M", Lote 30, Edifício Gilberto Salomão, Sobrelojas 09/10/11/12/13, Setor Comercial Sul, CEP 70.305-900, NIRE 53900233196 em 19/01/2007 JCDF; CNPJ 05.246.462/0002-98, CF DF 07.484.159/002-11.

Parágrafo Quinto. A sociedade tem filial com sede e foro na cidade de **Curitiba-PR**, na Travessa Itararé, nº 43, conjunto 11, Bairro Centro, CEP 80.060-040, NIRE 41901611194, CNPJ 05.246.462/0006-11, Inscrição Estadual 90733301-97 e Inscrição Municipal 14 01 0727886-9.

Parágrafo Sexto. A sociedade tem filial com sede e foro na cidade de **Campinas-SP**, na Rua Pedro Stancato, nº 250, Galpão 1, Sala A, Chácara Campos dos Amarais, CEP 13.082-050, NIRE 35906244390, CNPJ 05.246.462/0008-83, Inscrição Estadual 122.614.865.110 e Inscrição Municipal 00722427-3.

Parágrafo Sétimo. A sociedade tem filial com sede e foro na cidade de **Campinas-SP**, na Rua Guapuruvu, nº 461, Sala 1, Térreo, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, NIRE 35906278006, CNPJ 05.246.462/0009-64, Inscrição Estadual Isento e Inscrição Municipal 00737324-4.

CLÁUSULA SEGUNDA. OBJETO SOCIAL.

A Sociedade desenvolverá as atividades abaixo consideradas:

1. **Integração, implantação, instalação e/ou operação** de sistemas e soluções voltados para automação e controle de acesso e respectiva arrecadação financeira, utilizando-se de softwares, hardwares, firmwares mediante utilização de moedas, cartões inteligentes com circuito integrado (Smartcard), cartões indutivos e/ou magnéticos, para transporte de passageiros e controle de acesso em geral;

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo. Devanir Magini, Luiz Delfeu Jora Ferracoli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://ifisign.com.br/443> e utilize o código 617F-667E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

Podendo ainda desenvolver atividades de:

2. **Fabricação e montagem** de aparelhos e equipamentos de sistemas dedicados ao controle de acesso móvel e estático e arrecadação financeira; de equipamentos ou mecanismos eletroeletrônicos acionados por moedas, fichas, cartões inteligentes com circuito integrado (Smartcard) com e sem contato, cartões indutivos e/ou magnéticos; e respectivos processadores;
3. **Comercialização, distribuição e/ou representação comercial** de produtos vinculados às atividades de prestação de serviços anteriormente descritos, bem como cartões inteligentes com circuito integrado (Smartcard), cartões indutivos e/ou magnéticos, máquinas e equipamentos eletrônicos de comunicação, automação e equipamentos para informática;
4. **Desenvolvimento** de programas de informática;
5. **Prestação de serviços de operação** de sistemas de bilhetagem eletrônica, cadastramento de usuários, produtos e tarifas, operação financeira de arrecadação e comercialização de tickets, bilhetes e créditos eletrônicos para uso no transporte de passageiros e/ou benefícios voltados a trabalhadores;
6. **Instalação, manutenção e/ou operação** com equipamentos próprios ou não, locação com ou sem operadores, de produtos, tecnologias, sistemas, soluções, softwares, hardwares e firmwares de equipamentos e sistemas voltados à automação e controle de acesso em geral;
7. **Implantação, instalação, conservação, serviços de assistência técnica** própria ou contratada de máquinas e equipamentos industriais, máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e científicos, eletrodomésticos, aparelhos óticos e de comunicação em geral e de veículos, motores e suas partes;
8. **Operação, processamento de dados e registro** de infrações de trânsito em geral, fluxo de tráfego de veículo e rastreamento de veículos e pessoas; com utilização de equipamentos próprios ou de terceiros, tipo radar móvel ou fixo, "lombada" ou barreira eletrônica e detectores de avanço semafórico, com ou sem dispositivo fotográfico nas vias e rodovias municipais, estaduais e federais, e gerenciamento de tráfego, trânsito e transporte com equipamentos próprios ou não;
9. **Operação de cartões** de crédito e/ou débito;
10. **Processamento de dados;**
11. **Fabricação, montagem, instalação e manutenção** de equipamentos mecânico-eletroeletrônicos destinados à automação e/ou controle de operação de trânsito, tráfego, transportes e controle de acesso em geral;
12. **Fabricação, montagem, instalação e manutenção** de equipamentos e sistemas destinados à automação de condomínios, empresas e edifícios; contemplando sistemas de controle de acesso, proteção perimetral, monitoramento de imagens, frotas e ambientes, bem como controle de ronda eletrônico;
13. **Comércio varejista especializado** de equipamentos e suprimentos de informática.

Parágrafo Primeiro. Na filial com sede e foro na cidade de **Brasília-DF**, no SCS Quadra 1, Bloco "M", Lote 30, Edifício Gilberto Salomão, Sobrelojas 09/10/11/12/13, Setor Comercial Sul, CEP 70.305-900,

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo. Devenir Magnini, Luiz Delfeu Jora Ferracini, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://lziisign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.

Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social

CNPJ 05.246.462/0001-07

NIRE 35217574776

NIRE 53900233196 em 19/01/2007 JCDF; CNPJ 05.246.462/0002-98, CF DF 07.484.159/002-11, serão desenvolvidas as atividades de **1) Serviços de implantação, instalação, manutenção e/ou operação** com equipamentos próprios ou não, locação com ou sem operadores, de produtos, tecnologias, sistemas, soluções, softwares, hardwares e firmwares de equipamentos e sistemas voltados à automação e controle de acesso em geral; **2) Serviços de implantação, instalação, conservação, serviços de assistência técnica** própria ou contratada de máquinas e equipamentos industriais, máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e científicos, eletrodomésticos, aparelhos óticos e de comunicação em geral e de veículos, motores e suas partes; e **3) Comercialização, distribuição e/ou representação comercial** de cartões inteligentes com circuito integrado (Smartcard), cartões indutivos e/ou magnéticos, máquinas e equipamentos eletrônicos de comunicação, automação, e equipamentos para informática; **4) Desenvolvimento de programas de informática** e **5) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.**

Parágrafo Segundo. Na filial com sede e foro na cidade de **Curitiba-PR**, na Travessa Itararé, nº 43, conjunto 11, Bairro Centro, CEP 80.060-040, NIRE 41901611194, CNPJ 05.246.462/0006-11, Inscrição Estadual 90733301-97 e Inscrição Municipal 14 01 0727886-9, serão desenvolvidas as atividades de **1) Serviços de implantação, instalação, manutenção e/ou operação** com equipamentos próprios ou não, locação com ou sem operadores, de produtos, tecnologias, sistemas, soluções, softwares, hardwares e firmwares de equipamentos e sistemas voltados à automação e controle de acesso em geral; **2) Comercialização, distribuição e/ou representação comercial** de cartões inteligentes com circuito integrado (Smartcard), cartões indutivos e/ou magnéticos, máquinas e equipamentos eletrônicos de comunicação, automação, e equipamentos para informática; e **3) Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.**

Parágrafo Terceiro. Na filial com sede e foro na cidade de **Campinas-SP**, na Rua Pedro Stancato, nº 250, Galpão 1, Sala A, Chácara Campos dos Amarais, CEP 13.082-050, NIRE 35906244390, CNPJ 05.246.462/0008-83, Inscrição Estadual 122.614.865.110 e Inscrição Municipal 00722427-3, serão desenvolvidas as atividades de **1) Integração, implantação, instalação e/ou operação** de sistemas e soluções voltados para automação e controle de acesso e respectiva arrecadação financeira, utilizando-se de softwares, hardwares, firmwares, mediante utilização de moedas, cartões inteligentes com circuito integrado (smartcard), cartões indutivos e/ou magnéticos, para transporte de passageiros e controle de acesso em geral; **2) Fabricação e montagem** de aparelhos e equipamentos de sistemas dedicados ao controle de acesso móvel e estático e arrecadação financeira; de equipamentos ou mecanismos eletroeletrônicos acionados por moedas, fichas, cartões inteligentes com circuito integrado (smartcard) com e sem contato, cartões indutivos e/ou magnéticos; e respectivos processadores; **3) Comercialização, distribuição e/ou representação comercial** de produtos vinculados às atividades de prestação de serviços anteriormente descritos, bem como cartões inteligentes com circuito integrado (smartcard), cartões indutivos e/ou magnéticos, máquinas e equipamentos eletrônicos de comunicação, automação, e equipamentos para informática; **4) Fabricação, montagem, instalação e manutenção** de

Este documento foi assinado digitalmente por Fábio Antonio De Araujo. Deva vir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracioli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

equipamentos mecânico-eleto-eletrônicos destinados à automação e/ou controle de operação de trânsito, tráfego, transportes e controle de acesso em geral; e 5) **Fabricação, montagem, instalação e manutenção** de Equipamentos e Sistemas destinado a automação de condomínios, empresas e edifícios; contemplando sistemas de controle de acesso, proteção perimetral, monitoramento de imagens, frotas e ambientes, bem como controle de ronda eletrônico.

Parágrafo Quarto. Na filial com sede e foro na cidade de **Campinas-SP**, na Rua Guapuruvu, nº 461, Sala 1, Térreo, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, NIRE 35906278006, CNPJ 05.246.462/0009-64, Inscrição Estadual Isento e Inscrição Municipal 00737324-4, serão desenvolvidas as atividades de 1) **Desenvolvimento** e licenciamento de programas de computador customizáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA. DURAÇÃO DA SOCIEDADE.

A Sociedade iniciou suas atividades em 15 de agosto de 2002 e vigorá por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA. CAPITAL SOCIAL.

O capital social é de **R\$ 3.770.000,00 (Três milhões, setecentos e setenta mil Reais)**, representado por 3.770.000 (Três milhões, setecentos e setenta mil) quotas de valor unitário nominal de R\$ 1,00 (Hum Real), totalmente integralizado; assim distribuído entre os sócios:

Sócio Quotista	Quotas	%	Capital Social
FM2R Participações Ltda.	75.400	2,00%	R\$ 75.400,00
Paulo Roberto Tavares	184.730	4,90%	R\$ 184.730,00
Luiz Delfeu Jora Ferracioli	369.460	9,80%	R\$ 369.460,00
Atlas Participações S.A.	554.190	14,70%	R\$ 554.190,00
TOYO Participações Ltda.	2.586.220	68,60%	R\$ 2.586.220,00
Total	3.770.000	100,00%	R\$ 3.770.000,00

Parágrafo Primeiro. Fica atribuído à filial com sede e foro na cidade de **Brasília-DF**, no SCS Quadra 1, Bloco "M", Lote 30, Edifício Gilberto Salomão, Sobrelojas 09/10/11/12/13, Setor Comercial Sul, CEP 70.305-900, NIRE 53900233196 em 19/01/2007 JCDF; CNPJ 05.246.462/0002-98, CF DF 07.484.159/002-11, o Capital Social de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), destacado do Capital Social da sociedade.

Parágrafo Segundo. Fica atribuído à filial com sede e foro na cidade de **Curitiba-PR**, na Travessa Itararé, nº 43, conjunto 11, Bairro Centro, CEP 80.060-040, NIRE 41901611194, CNPJ 05.246.462/0006-11, Inscrição Estadual 90733301-97 e Inscrição Municipal 14 01 0727886-9, o Capital Social de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), destacado do Capital Social da sociedade.

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo. Devanir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracioli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://lziisign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

Parágrafo Terceiro. Fica atribuído à filial com sede e foro na cidade de **Campinas-SP**, na Rua Pedro Stancato, nº 250, Galpão 1, Sala A, Chácara Campos dos Amarais, CEP 13.082-050, NIRE 35906244390, CNPJ 05.246.462/0008-83, Inscrição Estadual 122.614.865.110 e Inscrição Municipal 00722427-3, o Capital Social de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), destacado do Capital Social da sociedade.

Parágrafo Quarto. Fica atribuído à filial com sede e foro na cidade de **Campinas-SP**, na Rua Guapuruvu, nº 461, Sala 1, Térreo, Alphaville Empresarial, CEP 13.098-322, NIRE 35906278006, CNPJ 05.246.462/0009-64, Inscrição Estadual Isento e Inscrição Municipal 00737324-4, o Capital Social de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), destacado do Capital Social da sociedade.

CLÁUSULA QUINTA. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.

Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA. DELIBERAÇÃO SOCIAL.

As reuniões de sócios serão instaladas com a presença de, no mínimo, sócios titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das quotas da sociedade, em primeira convocação e, em segunda convocação, de sócios titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quotas da sociedade.

As deliberações sociais serão tomadas pela manifestação da vontade dos sócios, correspondendo cada quota a 1 (um) voto nas deliberações sociais, observados os quóruns mínimos adiante estabelecidos:

a) **Maioria Simples:** (i) a aprovação das contas da administração, bem como dos balanços patrimoniais e de resultado econômico; (ii) a nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; (iii) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iv) aquisição, alienação, transferência, locação, empréstimo ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo imobilizado ou ativo permanente da sociedade; (v) contratação de empréstimos, financiamento ou de outras formas de endividamento da sociedade em valores superiores ao correspondente a 50% (cinquenta por cento) da média mensal de faturamento da sociedade nos últimos 12 (doze) meses calendário; e (vi) todas as demais deliberações necessárias, sempre que um quórum maior não for estabelecido em lei ou neste contrato;

b) **Maioria Absoluta:** (i) designação de administradores sócios ou não, quando feita em ato separado; (ii) destituição de administradores, sócios ou não, nomeados no contrato social ou em ato separado; (iii) remuneração de administradores, quando não estabelecido no contrato social; e

Este documento foi assinado digitalmente por Fábio Antonio De Araújo. Devanir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracioli, Rafael Pires Telles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://ltsign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

c) Quóruns Qualificados: dependerá do voto favorável dos sócios que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas da sociedade, a designação de administradores sócios ou não, quando feita no contrato social. Dependerá do voto favorável dos sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das quotas da sociedade: (i) modificação do contrato social; e (ii) a incorporação, fusão, cisão parcial e dissolução da sociedade, ou a decretação do seu estado de liquidação; e (iii) a exclusão de sócio pela prática de atos de inegável gravidade à sociedade, excluindo-se do cômputo a participação societária do sócio denunciado.

CLÁUSULA SÉTIMA. DIREITO DE PREFERÊNCIA.

As quotas de capital da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título terceiros conforme faculta do Artigo 1.057 da Lei 10.406/2002, sem o consentimento por escrito dos outros sócios, aos quais cabe o direito de preferência na sua aquisição proporcionalmente as quotas na ocasião possuída.

CLÁUSULA OITAVA. TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS.

Caso algum dos sócios pretenda alienar ou transferir as suas quotas deverá comunicar aos outros sócios sua pretensão mediante envio de notificação, informando o número de quotas que deseja alienar, o preço a ser pago pelas quotas ofertadas, o prazo e a forma de pagamento, bem como outras condições de alienação ou transferência propostas por um terceiro ou pelo próprio sócio alienante. Os demais sócios terão, por um período de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação, a obrigação de se manifestar sobre sua concordância ou não com eventual alienação a terceiro não sócio, bem como a faculdade de exercer direito de preferência para adquirirem a totalidade das quotas ofertadas.

CLÁUSULA NONA. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE.

A sociedade será administrada pelos sócios administradores **PAULO ROBERTO TAVARES** e **LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI**, já qualificados, e pelos administradores não sócios **DEVANIR MAGRINI** e **RAFAEL PIRES TELES**, já qualificados, dispensados de prestar caução, aos quais caberá representá-la em todos os seus atos, agindo sempre em conjunto de 2 (dois) deles, exercendo os poderes gerais de administração, inclusive:

- a) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir e endossar cheques e ordens de pagamento;
- b) emitir, aceitar e endossar duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito;
- c) representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como junto a quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais;
- d) receber citações, notificações e intimações judiciais;

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

- e) transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dívidas, celebrar compromissos e quaisquer negócios públicos e privados;
- f) representar e constituir procuradores para o foro em geral;
- g) outorgar outros instrumentos de mandato, devendo neles sempre constar os atos e operações que os outorgados poderão praticar, bem como a vigência, que não poderá ser superior a 1 (um) ano, salvo tratando-se de poderes para o foro em geral ou para processos administrativos, bem como os atos e operações que os outorgados poderão praticar;
- h) adquirir, alienar, transferir, locar, emprestar ou constituir ônus reais sobre bens do ativo imobilizado ou ativo permanente da sociedade, quando autorizado pela reunião de sócios; e
- i) contratar empréstimos, financiamento ou outras formas de endividamento da sociedade, quando autorizado pela reunião de sócios.

Parágrafo Primeiro. Como Diretor Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro fica investido o Sr. **Paulo Roberto Tavares**.

Parágrafo Segundo. Como Diretor de Serviços fica investido o Sr. **Luiz Delfeu Jora Ferracioli**.

Parágrafo Terceiro. Como Diretor de Negócios fica investido o Sr. **Devanir Magrini**.

Parágrafo Quarto. Como Diretor de Produtos fica investido o Sr. **Rafael Pires Teles**.

Parágrafo Quinto. Todos e quaisquer atos praticados pelos administradores ou por procuradores que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da sociedade são expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito.

Parágrafo Sexto. O administrador terá direito a uma remuneração mensal, a título de pró-labore, que será fixada por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA. RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

Fica nomeado como responsável técnico pelas atividades desenvolvidas pela sociedade o Sr. **Paulo Roberto Tavares**, já qualificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. EXERCÍCIO FINANCEIRO.

O ano social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual, a 31 de dezembro de cada ano, será levantado um Balanço Patrimonial da sociedade, obedecendo-se as prescrições técnicas legais, ficando também facultado a qualquer tempo levantamento de Balanços Intermediários.

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo, Luiz Delfeu Jora Ferracioli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. FALECIMENTO, SEPARAÇÃO JUDICIAL, DIVÓRCIO OU DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL DE SÓCIO.

A sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei ou por deliberação dos sócios, devendo os sócios nomear o liquidante. O liquidante, após a apuração do ativo e do passivo social e pagamento de todas as dívidas da sociedade, promoverá a repartição do patrimônio que porventura restar entre os sócios, na proporção de suas respectivas participações societárias.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de falecimento, incapacidade superveniente ou insolvência de qualquer de seus sócios pessoas físicas, ou de dissolução, liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência de qualquer de seus sócios pessoa jurídica, a sociedade continuará as suas atividades com os sócios remanescentes, liquidando-se a participação societária do sócio falecido, incapaz, insolvente, extinto, falido, em processo de liquidação ou em recuperação, salvo o disposto no Parágrafo Terceiro abaixo.

Parágrafo Segundo. O valor dos haveres do sócio falecido, incapaz, insolvente, extinto, falido, em processo de liquidação ou em recuperação será apurado e liquidado com base em critérios de avaliação determinados pelos sócios em instrumento próprio, e pago em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas mensalmente pela variação acumulada do IPCA-IBGE no período, vencendo-se a primeira prestação no prazo de 90 (noventa) dias contados da data do levantamento do valor da sociedade.

Parágrafo Terceiro. Os sócios remanescentes poderão, por deliberação com voto afirmativo de sócios representantes de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, excluindo-se do cômputo a participação societária do sócio falecido, incapaz ou insolvente, aprovar o ingresso de um ou mais sucessores do sócio falecido, incapaz ou insolvente na sociedade, em substituição à liquidação de suas quotas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. DESIMPEDIMENTO.

Nos termos do Art. 1.011, §1º, da Lei nº 10.406/2002; os sócios administradores e os administradores não sócios declaram não estarem impedidos ao exercício de suas prerrogativas em decorrência de lei especial; não tendo sido condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo. Devanir Magrini, Luiz Delfau Jora Ferracioli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://l1sign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. REVOGAÇÃO.

As cláusulas do Contrato Social e alterações que não foram incluídas na presente **CONSOLIDAÇÃO** tornam-se inteiramente sem efeito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Toda e qualquer controvérsia ou litígio relativos a este contrato social, incluindo aqueles que envolvam a validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão ou seus consectários, desses documentos, deverão ser solucionados através de arbitragem, a ser administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil (a "CAMARB"), de acordo com o regulamento da CAMARB (o "Regulamento") em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem.

Parágrafo Primeiro. A sede da arbitragem será na cidade de São Paulo/SP. A lei aplicável será a da República Federativa do Brasil, independentemente do local de residência das partes envolvidas, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português.

Parágrafo Segundo. A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros, cabendo ao(s) sócio(s) requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e ao(s) sócio(s) requerido(s), de outro, indicar um segundo árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que funcionará como presidente do tribunal arbitral. Caso qualquer dos sócios, seja(m) o(s) sócio(s) requerente(s), de um lado, ou o(s) sócio(s) requerido(s), de outro, deixe(m) de indicar seu(s) respectivo(s) árbitro(s) no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data estabelecida para a referida providência, tal(is) árbitro(s) será(ão) indicado(s) pelo Presidente da CAMARB. Caso os 2 (dois) árbitros indicados pelos sócios envolvidos deixem de nomear o terceiro árbitro, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao Presidente da CAMARB indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida no Regulamento da CAMARB, com efeitos vinculantes para os sócios.

Parágrafo Terceiro. Os sócios poderão requerer ao Poder Judiciário medidas de urgência, de caráter cautelar ou antecipatório, antes da instauração da arbitragem, desde que tais medidas sejam essenciais para a tutela e salvaguarda de qualquer direito dos sócios, nos termos deste contrato social.

Parágrafo Quarto. O árbitro, tão logo constituído, poderá reapreciar, a pedido de qualquer dos sócios, mantendo, modificando ou revogando, no todo ou em parte, a decisão de urgência proferida pela autoridade judicial.

Parágrafo Quinto. O requerimento apresentado por um dos sócios a uma autoridade judicial para obter tutela de urgência, cautelar ou antecipatória, antes de iniciada a arbitragem, não será considerado renúncia à convenção de arbitragem, tampouco excluirá a competência do árbitro para reapreciá-la.

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo. Devenir Magrini, Luiz Delfei Jora Ferracoli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código 617F-607E-B11C-6CAB.

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

Parágrafo Sexto. A arbitragem será sigilosa e todos os documentos e peças relacionadas ao seu desenvolvimento, incluindo-se, mas não se limitando às alegações dos sócios, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral, serão tratados como confidenciais por todos os envolvidos na arbitragem, sendo vedada sua divulgação a terceiros, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento de obrigações impostas por lei, para sua execução judicial, para o exercício de direitos ou por qualquer autoridade reguladora. Qualquer processo judicial relativo à arbitragem ou movido nos termos do presente contrato social será sigiloso e confidencial.

Parágrafo Sétimo. As despesas incorridas na arbitragem serão suportadas por cada sócio ao longo do procedimento, na forma do Regulamento da CAMARB, devendo a sentença arbitral decidir sobre a responsabilidade pelo pagamento das custas, honorários dos árbitros e sobre todas as despesas razoavelmente incorridas pelos sócios durante o procedimento, como passagens, hospedagens e transporte seus e de seus respectivos advogados, bem como a respeito dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Parágrafo Oitavo. Para a concessão de medidas de urgência pré-arbitral, prática de atos de apoio à arbitragem, o julgamento de ação anulatória de sentença arbitral e a execução de sentença arbitral, os sócios elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, independentemente do domicílio, atual ou futuro, das partes envolvidas. A eleição de foro não poderá ser compreendida como incompatível com a arbitragem e não afasta o efeito vinculante da convenção de arbitragem.

E, por estarem justos e contratados, achando o presente instrumento em tudo conforme, comprometendo-se por si e por seus herdeiros a cumpri-lo na sua íntegra, assinando em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campinas-SP, 13 de janeiro de 2023.

Paulo Roberto Tavares
Sócio Quotista

Luiz Delfeu Jora Ferracioli
Sócio Quotista

Este documento foi assinado digitalmente por Fabio Antonio De Araujo. Devanir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracioli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://t3sign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-811C-6CAB.

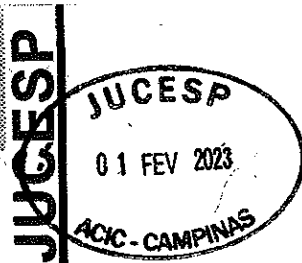
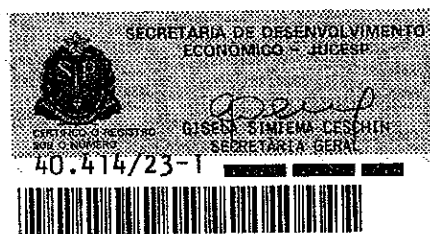
20645/23
32

TRANSDATA Soluções em Mobilidade Ltda.
Quadragésima Sexta Alteração de Contrato Social
CNPJ 05.246.462/0001-07 NIRE 35217574776

FM2R Participações Ltda.
Sócio Quotista
Fábio Antônio de Araújo Rafael Pires Teles

Atlas Participações S.A.
Sócio Quotista
Paulo Roberto Tavares Devanir Magrini

TOYO Participações Ltda.
Sócio Quotista
Paulo Roberto Tavares Devanir Magrini



Este documento foi assinado digitalmente por Fábio Antonio De Araújo, Devanir Magrini, Luiz Delfeu Jora Ferracoli, Rafael Pires Teles e Paulo Roberto Tavares. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://isign.com.br/443> e utilize o código 617F-687E-B11C-6CAB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/617F-687E-B11C-6CAB> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 617F-687E-B11C-6CAB



Hash do Documento

B1EA890CA7A85CD28D3E8242F40DF7CF0C620A0161E6DB36C073A30974B9D3E8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/01/2023 é(são) :

- ☒ FÁBIO ANTONIO DE ARAÚJO - 259.550.498-35 em 18/01/2023
18:24 UTC-03:00
Nome no certificado: Fabio Antonio De Araujo
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Devanir Magrini - 284.138.138-24 em 18/01/2023 11:56 UTC-
03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Luiz Delfeu Jora Ferracioli - 150.378.478-93 em 18/01/2023 11:53
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Rafael Pires Teles - 805.256.105-10 em 14/01/2023 10:46 UTC-
03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Paulo Roberto Tavares - 184.266.298-81 em 14/01/2023 08:06
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital





RECEIVED BY: 20045 23
DATE: 4 FILE: 34



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		S P	
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA			
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO			
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME			
PAULO ROBERTO TAVARES			
DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF			
20623824 SSP SP			
CPF		DATA NASCIMENTO	
184.266.298-81		06/07/1971	
FILIAÇÃO			
NELSON TAVARES			
MARIA ANTONIENTA CABALLER TAVARES			
PERMISSÃO		ACC	CAT. HAB
[REDACTED]		AC	AC
Nº REGISTRO		VALIDADE	
029911099045		19/02/2024	
		1ª HABILITAÇÃO	
		16/11/1989	
OBSERVAÇÕES			
[REDACTED]			
ASSINATURA DO PORTADOR			
LOCAL		DATA EMISSÃO	
CAMBRINAS, SP		19/02/2019	
ASSINADO DIGITALMENTE			
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO			
SÃO PAULO			
DENATRAN		CONTRAN	



Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

Processo Licitatório nº: 5.561/2023

Processo de Impugnação nº: 20.645/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

OBJETO: Contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas e descrições contidas no Termo de Referência, ANEXO II, deste edital.

IMPUGNANTE: TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA - CNPJ Nº: 05.246.462/0001-07.



01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA - CNPJ Nº: 05.246.462/0001-07, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 157/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante, conforme fls. 05 a 22:

- a) Item 9.11 do Edital e 2.14 do Termo de Referência - falta de detalhamento, especificações e preço de referência do hardware (validador)
- b) Ausência de cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas objeto da licitação
- c) Termo de Referência - ITEM 2.2.1 - Incorreção nas especificações técnicas do equipamento AVL (conectividade 2G, falta de exigência de certificação
- d) Qualificação técnica: não exigência de comprovação de qualificação técnica adequada.
- e) ITEM 19 do TR - proibição injustificada de subcontratação do objeto

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Por todos os fatos e fundamentos ora apresentados, requer-se:

- 1) que seja recebida a presente impugnação, por tempestiva, nos termos da Legislação em vigor;
- 2) que seja provida a impugnação, com a consequente alteração do edital, para corrigir os pontos controvertidos e sanar as omissões levantadas na presente impugnação, republicando-se o edital, nos termos da lei;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 20.645/2023

RUBRICA: FOLHA: 31

Comissão de Pregão I

3) não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, que submeta a Impugnação à Autoridade Superior competente para apreciação final.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por uma análise justa, observando-se os princípios constitucionais que regem a administração pública.

IV. DO MÉRITO

9 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 5.1.1 do edital.

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 08 de agosto de 2023 e, caso necessário, será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 04 de agosto de 2023.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



Secretaria Municipal de Governo SeGov <secgovnf@gmail.com>

[ESCLARECIMENTOS] EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 157/2023

Romulo Orrico <romulo@pet.coppe.ufrj.br>

7 de agosto de 2023 às 13:34

Para: Secretaria Municipal de Governo SeGov <secgovnf@gmail.com>

Prezado Dr. Rodrigo,

Em atenção à sua solicitação relativa aos pedidos de esclarecimento e impugnações referentes ao processo licitatório 157/2023, encaminho anexo o entendimento desta equipe relativa a cada um dos pontos arguidos. São dois Textos que se completam

Prof. Romulo Orrico, Dr. Ing.

COPPE-UFRJ

Federal University of Rio de Janeiro

Transport Engineering Program

Av. Horácio Macedo, 2030 - H 106, Cidade Universitária

21941-914 Rio de Janeiro, RJ - Brazil

Online curriculum: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783855H9>

Tel: +55 21 3938-8131

e-mail: romulo@pet.coppe.ufrj.br

ORCID 0000-0003-4789-6708

COPPE: 50 ANOS ANTECIPANDO O FUTURO

2 anexos**Respostas Esclarecimentos e Impugnações NF - 07_08_2023.docx**

25K

**CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS impugnacoes.docx**

19K



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº	20645/23
DATA AUTUAÇÃO:	10/8/23
Fls Nº	40
Rubrica	[assinatura]

Processo: 20645/23
Requerente: Transdata Soluções em Mobilidade Ltda.
Assunto: impugnação

 **Rodrigo Lima Carvalho**
Subsecretário de
Serviços Concedidos
Matr.: 62.771

À Procuradoria-Geral;

O edital de licitação correlato ao Pregão Eletrônico 157/23 - "Bilhetagem Eletrônica", foi publicizado na forma e no prazo legal, sendo cogente afirmar que fora interposta em desfavor do edital impugnação da empresa requerente.

Neste sentido, em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Copptec – com interveniência do programa de engenharia da Coppe/UFRJ, a referida impugnação foi devidamente encaminhada a contratada para análise e manifestação, que faço juntar nos autos nesta oportunidade, conforme abaixo.

IMPUGNAÇÃO TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA.

II.1 – Item 9.11 do Edital e 2.14 do Termo de Referência – falta de detalhamento, especificações e preço de referência do hardware (validador):

Analisando a referida indagação posta pela empresa impugnante verifica-se que assiste razão, na medida que necessário que as empresas interessadas em participar da licitação, possam de maneira clara elaborar a proposta comercial, portanto, em homenagem ao princípio da ampla concorrência e na busca pela proposta mais vantajosa, os itens impugnados deverão ser alterados com a seguinte redação:

“A empresa vencedora indicará uma lista de validadores compatíveis com seu sistema, apresentando seus custos tanto de aquisição, quanto de aluguel, instalação e integração com SBE. O Município definirá diante de tal lista, com a supervisão da empresa. O validador escolhido constará do edital de operadores de transporte e os custos associados serão aí considerados.”

II.2 – Ausência de cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas objeto da licitação

“No que se refere a esta irresignação, constata-se que o edital não contemplou cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas, o que é importante para que a execução do serviço seja exitosa e implementada, observando prazos necessários para que o sistema cumpra a integralidade as funções que são correlatas e dependentes entre si, portanto, será inserido no edital o cronograma de fornecimento e implantação do sistema.”

II.3 Termo de Referência – ITEM 2.2.1 – Correção nas especificações técnicas do equipamento AVL (conectividade 2G, falta de exigência de certificação).

“A teor do contido no edital, resta evidente e assiste razão a empresa impugnante quanto a definição da tecnologia, portanto, será corrigido e atualizada, superando o erro material do edital, tudo isto com arrimo ao princípio da eficiência que deve nortear os atos emanados pelo Poder Público.”

[assinatura]



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº	20 645/23
DATA AUTUAÇÃO:	12/8/23
Fls Nº	4/1 Rubrica

II.4 Qualificação técnica: não exigência de comprovação de qualificação técnica adequada

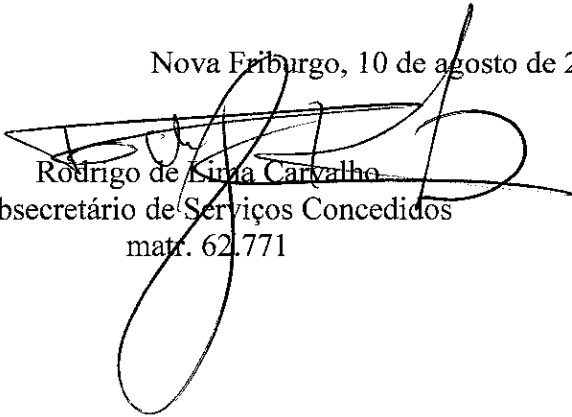
“A consultoria técnica entende que deverá ser adicionada a qualificação técnica em relação ao sistema de gestão de frota, para que seja atribuído a prestação de serviço qualidade e eficiência, portanto, o item será alterado para inserção da qualificação técnica referente ao sistema de gestão de frota. Contudo, diversamente do que foi verificado para o sistema de gestão de frota, o sistema de CFTV servirá para auditoria dos embarques, não sendo objeto principal do projeto, mas atividade acessória, permanecendo como estipulado no edital.”

II.5 ITEM 19 do TR – proibição injustificada de subcontratação do objeto.

“Para o perfeito entendimento e adequação do que fora alegado pela empresa impugnante, admitir-se-á a previsão de consórcio para o pleno e satisfatório atendimento de todos os pontos do contrato e a execução do serviço com a implantação de todo o sistema de bilhetagem. Quanto ao prazo estipulado foi definido pela Lei 10.520/2002 em consonância com a Lei 8.666/93, portanto, no primeiro momento entende-se que o prazo é razoável, no entanto, em situações mais complexas, será admitido que a empresa contratada requeira ao Município a prorrogação do prazo, devendo o pedido deve ser devidamente fundamentado à luz do interesse público envolvido, na medida que a empresa de bilhetagem passará ser uma extensão do poder público, na fiscalização da operação, da gestão e o cumprimento do contratualizado na licitação referente a operação do sistema.”

Com efeito, segue o procedimento para análise jurídica referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 10 de agosto de 2023.


Rodrigo de Lima Carvalho
Subsecretário de Serviços Concedidos
matr. 62.771

CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS, 07/08/2023.

O objeto da licitação é, na área do transporte público coletivo, uma inovação. Pouquíssimo os casos similares, ainda em implantação, no Brasil. Busca-se a excelência, com competência, eficácia e eficiência, a vantajosidade, sempre com vistas ao interesse público.

Neste sentido, totalmente entendível a grande participação com pedidos de esclarecimento e as impugnações apresentadas.

Em relação às impugnações, na verdade, são, também, na maioria das vezes, pedidos de esclarecimentos técnicos para fins do bom entendimento do conteúdo do instrumento convocatório.

Dois temas apresentados clamam por avaliação, quais sejam:

1 – Questão suscitada em duas impugnações, TACON e TRANSDATA, acerca da qualificação técnica.

A TACON alega *“insuficiência na formulação das exigências de qualificação técnica”*; por sua vez, a Transdata afirma, quanto à qualificação técnica: *“não exigência de comprovação de qualificação técnica adequada”*.

As duas peças impugnatórias aduzem, em síntese:

“A não exigência de comprovação de qualificação técnica referente a sistemas de gestão de frota, sistemas de informação ao usuário e sistemas de CFTV embarcados. O Edital exige somente da bilhetagem (número de transações), mas o objeto é muito mais amplo. Ou seja, há a possibilidade de contratação de empresas sem a qualificação técnica necessária, o que pode gerar prejuízos aos cofres públicos.”

A própria impugnante TACON, na peça de impugnação, afirma a indispensabilidade de observância das regras contidas no art. 30 da Lei 8.666/93, veja:

A Lei Federal n. 8.666/1993, aplicada subsidiariamente às licitações realizadas pela modalidade pregão, é bastante clara no tocante à regulamentação das exigências de qualificação técnica nos editais de licitação. O art. 30, II, prevê que essas exigências devem permitir a “comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação”.

Este o disciplinamento do artigo suscitado:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

1 - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei

Logo, nos termos da normativa aplicável, somente em relação às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado pode ser exigido, para fins de comprovação de qualificação técnica, atestado; ainda assim, mediante a justificativa técnica para a exigência.

2) Outro tema suscitado pela TACON, que merece reflexão, se refere a possibilidade de adoção da modalidade Pregão para a contratação do objeto licitado.

Aduz a impugnante.

VII. INCOMPATIBILIDADE DA MODALIDADE LICITATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO COM A COMPLEXIDADE DO OBJETO LICITADO. VIOLAÇÃO AOS ART. 1º DA LEI N. 10.520/2002 106. O Edital tem por objeto a contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, tendo o Município optado por realizar a licitação por meio de pregão eletrônico.

107. No entanto, ao se analisar o Edital e as especificações técnicas definidas para os bens e serviços ora licitados, verifica-se que a modalidade do pregão não é adequada para o presente caso.

108. Como se sabe, a Lei n. 10.520/2002 instituiu a modalidade do pregão, objetivando garantir à Administração Pública maior celeridade e eficiência em contratações públicas, por meio de um procedimento licitatório mais ágil e simplificado.

109. Nesse sentido, a própria Lei n. 10.520/2002 estabeleceu que a utilização do pregão deve se restringir à aquisição de bens e serviços comuns, não sendo modalidade adequada para bens e serviços complexos. O art. 1º, parágrafo único da Lei n. 10.520/2002 define quais bens e serviços são considerados comuns:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

Incontroversa a previsão contida no caput do art. 1º da Lei 10.520/02. Segundo a Súmula 257 do TCU:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Por outra feita, nos termos do Acórdão 1.046/2014 – Plenário, ministro Benjamin Zymler, TCU, há que se observar:

“a complexidade do serviço não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de ‘serviço comum’, mas sim o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, o serviço pode ser classificado como serviço comum [...] ‘bem ou serviço comum’ deve ser entendido como aquele que detém características padronizadas, identificável por denominação usual no mercado.

Portanto, a noção de ‘comum’ não está vinculada à estrutura simples de um bem ou de um serviço. Do mesmo modo, a estrutura complexa também não é razão bastante, por si só, para retirar a qualificação de ‘bem ou serviço comum’”

15. 99

MAIO 2011

Serviços Concedidos

edição de 15. 99

Deste modo, o Município, com base nos princípios do direito administrativo, entre eles, o interesse público, a modalidade a ser adotada.



Processo: 20.645/2023

Requerente: Transdata Soluções em Mobilidade Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 03/08/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento do serviço municipal de transporte coletivo do Município de Nova Friburgo.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 11 de agosto de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/40, a existência de diversas irregularidades, a saber: **1)** falta de detalhamento, especificações e preço de referência (item II.1); **2)** ausência de cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas (item II.2); **3)** incorreção nas especificações técnicas do equipamento AVL; **4)** não exigência de comprovação de qualificação técnica adequada (item II.4); e **5)** proibição injustificada de subcontratação do objeto (item II.5).

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 35/37 acolheu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, encaminhando o procedimento à Secretaria Municipal de Governo para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 5.1.1 do edital.

A Secretaria Municipal de Governo, em manifestação de fls. 40/41, informa que, em virtude da prestação de serviço contratualizado com a Fundação COPPETEC, com interveniência do programa de engenharia da COPPE/UFRJ, a impugnação foi devidamente encaminhada à contratada para análise, colacionando na íntegra as respostas dos itens impugnados.

Por fim, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para análise jurídica.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 03/08/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão estava agendada para 08/08/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.



PROCESSO Nº 20695
DATA 11/08/23
FOLHA Nº 96 Rubrica Delipio

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Governo a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, a própria Secretaria Municipal de Governo afirmou, na manifestação de fls. 40/41, que, em virtude da prestação de serviço contratualizado com a Fundação COPPETEC, com interveniência do programa de engenharia da COPPE/UFRJ, a impugnação foi devidamente encaminhada à contratada para análise, colacionando na íntegra as respostas dos itens impugnados.

Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que foi celebrado em 03/03/2022 o Contrato de n. 044/2022 com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC, tendo por objeto a contratação de serviço de diagnóstico do Sistema de Transporte Público Coletivo por Ônibus Municipal através do planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, atualização do marco regulatório e da metodologia de cálculo tarifário, buscando observar o art.294, III, alínea "g", itens 1 a 6, da Lei Orgânica n. 4.637, de 12 de julho de 2018.

Posteriormente, foi celebrado em 27/01/2023 Termo Aditivo ao Contrato n. 044/2023, com objetivo de aditar o valor do contrato em R\$ 186.582,75 para que a Fundação COPPETEC preparasse o edital e anexos da licitação para contratação da empresa que prestará o serviço de bilhetagem eletrônica.



Portanto, considerando que a COPPETEC foi contratada pela Administração Municipal para esta finalidade, estando responsável pelo planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, bem como pela elaboração do edital licitatório e seus anexos, cabe a mesma a análise da impugnação apresentada.

De fato, todos os itens impugnados foram devidamente respondidos pela COPPETEC, conforme manifestação de fls. 40/41, concluindo pela necessidade de alteração de vários itens do Edital.

Ademais, verifica-se que foram impugnadas apenas questões técnicas referentes ao objeto licitado, cuja análise não é de atribuição desta pasta jurídica.

Isto posto, não tendo sido suscitada qualquer dúvida jurídica, desnecessária a análise desta Procuradoria-Geral.

III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, tendo em vista a resposta apresentada pela COPPETEC, concluindo pela necessidade de alteração de vários itens do Edital, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Governo para as providências cabíveis junto à contratada para a alteração do edital**, com posterior republicação, na forma do art. 21, § 4º da Lei n. 8.666/1993.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 11 de agosto de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
(Matr. 62.773)

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Processo: 20645/23

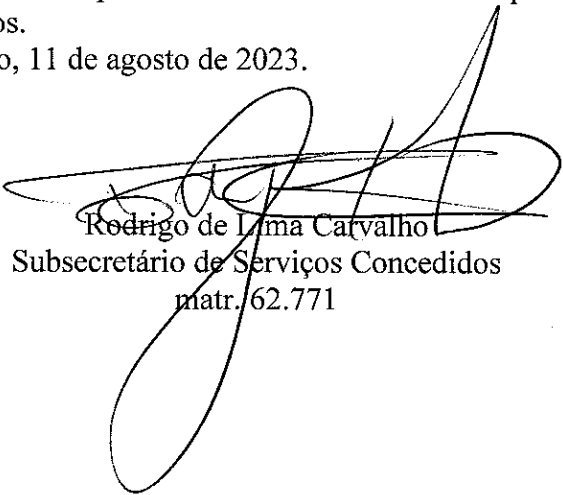
Requerente: Transdata Soluções em Mobilidade Ltda.

Assunto: impugnação

À Comissão de Pregão;

Considerando o contido às fls. 39/47, segue o processo para conhecimento e providência, notadamente para oportunizar à empresa conhecimento acerca do que fora decidido referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 11 de agosto de 2023.


Rodrigo de Lima Carvalho
Subsecretário de Serviços Concedidos
matr. 62.771